

BRIGADA DE INCÊNDIO

Conheça o trabalho dos brigadistas do STJ

24 horas de prontidão

Não há nada melhor do que ter um dia de trabalho sem nenhum transtorno ou incidente, não é mesmo? Mas caso haja algum princípio de incêndio no STJ, os profissionais da Brigada de Incêndio (BI) estão a postos para combater o problema.

Profissionalismo acima de tudo

Com o foco na prevenção de incêndios, a Brigada funciona no Tribunal desde 14 de fevereiro de 2006. A base da equipe está localizada na Praça do Servidor (térreo do Edifício da Administração), composta por dois bombeiros líderes e 34 brigadistas, que se revezam diariamente em quatro equipes de trabalho, atuando em período diurno e noturno.

Acionados pelo rádio, eles estão sempre prontos para oferecer os primeiros socorros nas mais diversas situações: combater os princípios de incêndio (sinistro); capturar qualquer tipo de animal que ofereça ameaça às pessoas, além de identificar situações que possam trazer risco para todos.

“A Brigada, antes de mais nada, é uma família”, afirma Wellington Brito, que está na equipe desde a sua instalação no Tribunal. Com este espírito fraternal, os brigadistas fazem uma oração, a cada manhã, para que possam atuar da melhor forma possível no atendimento das ocorrências. Para Brito, ser brigadista vai além da satisfação profissional. “O prazer da profissão é saber que, no fim de tudo, a pessoa atendida fica feliz por ter sido bem tratada”. E complementa: “Isso, realmente, não tem preço”.

Apesar dos riscos, a equipe se sente recompensada, como pode ser demonstrado por quem já solicitou os serviços da Brigada para um colega de trabalho: “Se eu pudesse dar uma nota aos serviços prestados pelos brigadistas, sem dúvida, seria dez! Porque eles são rápidos e muito prestativos com quem precisa”, avalia Francisco Lima Coutinho, coordenador de Registro de Processos Recursais.

Na Seção de Digitalização de Processos trabalham 278 pessoas, entre elas Raphael de Souza, supervisor e intérprete, que confirma a versão de Coutinho. “Com frequência, uma ou outra pessoa passa mal. Por isso, sempre precisamos do atendimento dos brigadistas, que por sinal, é excelente. Eles sempre estão dispostos a ajudar”, complementa.

Para Maria Zélia, chefe da equipe de brigadistas, o reconhecimento



Fotos: Luis Antonio



Equipe bem equipada e treinada: ajuda rápida e eficaz

dos servidores da Casa se deve à sincronia com que o grupo busca realizar as tarefas que fazem. “A equipe é muito boa, todos têm o mesmo padrão de cursos e tudo que fazemos sempre é feito em equipe, e não individualmente”, afirma.

Como funciona?

A Central de Som e Alarme, quando detecta o princípio de sinistro, comunica à Central de Segurança, esta, por sua vez, aciona a

Brigada de Incêndio, que se direciona ao local indicado. Já no caso de o servidor passar mal, os brigadistas podem ser acionados por qualquer pessoa pelo ramal 7711. Ao chegar ao local, a equipe presta os primeiros socorros e encaminha o paciente ao Serviço Médico do STJ, que faz o atendimento clínico.

Em algumas situações, é preciso levar o paciente a um hospital. A remoção é feita com a presença de dois brigadistas solicitados pelo Serviço

Médico e um enfermeiro. Como o Tribunal tem convênio com a UTI Móvel, a rapidez no atendimento é garantida. Devido ao caráter de emergência, a Brigada foi deslocada do subsolo do Edifício dos Plenários para o térreo da Administração. Agora, nenhum material de uso nas emergências corre o risco de ficar preso no subsolo. E, com o acesso mais fácil, o atendimento se tornou mais eficiente, complementando os serviços das duplas de brigadistas

espalhadas em pontos estratégicos de todo o Tribunal.

Prevenção de incêndios e pânico

A Brigada segue algumas instruções para continuar servindo ao público com eficiência. As diretrizes são estabelecidas no Plano de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico (PPCI), que tem por objetivo orientar os profissionais da Casa como devem agir em caso de sinistro. O documento apresenta em detalhes o planejamento das ações de prevenção a incêndio, abandono de emergência e controle de pânico, que devem ser executadas no Tribunal. Treinamentos, palestras e simulados reforçam as diretrizes.

Para Jurandir Augusto, coordenador de Segurança, o PPCI é de extrema importância para o funcionamento seguro do Tribunal. “Como o Plano é executado no dia a dia, por rondas que a Brigada faz, o trabalho se torna mais rápido e eficiente”, ressalta.

Você já reparou que em todos os setores do STJ existem sistemas preventivos de combate a incêndio? Eles estão nas escadas de emergência, hidrantes de paredes, extintores, iluminação de emergência, no sistema de sonorização, além dos alarmes de evacuação.

Os detectores eletrônicos de fumaça e os chuveiros automáticos (*sprinklers*) estão instalados no teto das salas. Ao detectar alguma fumaça, os sensores eletrônicos disparam um alarme na Central de Som e Alarme já com a indicação do local. Ao ser notificada, a equipe da Central aciona a Brigada, que se dirige até o local e toma as devidas providências.

Os *sprinklers* ou chuveiros automáticos, por sua vez, funcionam para combater incêndio. Trata-se de “uma espécie de extintor de incêndio, mas com água”, explica Edvaldo Júnior, chefe da Seção de Eletroeletrônico. O sistema é acionado automaticamente ao detectar a presença de chamas e espalha água sobre os focos.

Anote aí

Precisando de algum socorro médico, não tenha dúvida: ligue para a Brigada de Incêndio no ramal 7711 ou na Central de Segurança, no ramal 8989. Os serviços funcionam 24 horas. ■

PONTO BIOMÉTRICO

Servidores agora contam com novo sistema informatizado para registro da frequência

Sua digital é sua senha

Os servidores da Secretaria do Tribunal só têm a ganhar com a instalação do novo sistema de registro de frequência, em funcionamento desde o dia 1º de fevereiro.

O ponto biométrico é simples e muito fácil de ser usado porque dispensa os cartões e senhas, uma vez que os usuários são identificados, exclusivamente, por meio da impressão digital.

A implementação do ponto biométrico no Tribunal é parte do Plano Estratégico STJ 2010-2014 e tem como gestoras as secretarias de Gestão de Pessoas (SGP), de Administração e Finanças (SAF) e de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI).

Regido pela Portaria n. 30, de 30 de janeiro de 2012, o sistema passou por período de testes para ajustes, durante dois meses, antes de sua efetivação.

Praticidade e modernidade

Com a biometria, os servidores podem “bater o ponto” em qualquer um dos 56 coletores de digital instalados em todos os pavimentos do Tribunal.

A ideia é atender o servidor por onde quer que ele entre ou saia, até mesmo nos anexos de apoio em Brasília e nas Representações do STJ no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Antes do novo sistema, o servidor tinha de acessar o sistema ponto eletrônico na sua estação de trabalho para registrar a frequência.

“Agora ficou mais fácil: o servidor registra o ponto onde ele estiver, no momento em que ele entra no Tribunal”, explica Issis Luci Ferrei-

ra Lopes, chefe da Seção de Atendimento à Área Administrativa da STI.

O colega José Carlos dos Santos Silva também aprovou a instalação do sistema. “O ponto biométrico é muito acessível, mais rápido e fácil de usar. Estou gostando muito; uso o terminal próximo ao restaurante e o da Administração, no 3º andar”, comemora o servidor, lotado na Seção de Autuação de Processos Originários, da Secretaria Judiciária.

Os “indetectáveis”

Alguns servidores têm particularidades que podem dificultar o uso do ponto biométrico. É o caso de Mônica Oliveira Santos de Andrade, da Coordenadoria de TV, unidade da Secretaria de Comunicação Social.

“Tenho uma doença que causa suor excessivo localizado, a hiperidrose, que dificulta a leitura da minha digital. Para contornar o problema, se a marcação não é aceita em uma máquina, procuro outra, e, normalmente, dá certo. Mas, apesar do meu problema, gostei muito. Antes, até ligar o computador, o telefone tocava ou entrava alguém perguntando alguma coisa, e eu acabava batendo o ponto uma hora depois de ter chegado ao Tribunal. Agora, não há como esquecer, a gente passa por várias

máquinas até chegar à nossa sala”, ressalta.

Ela faz parte de um grupo de servidores cujas impressões digitais não

atingem o nível necessário para que sejam cadastradas.

“O meu caso é que não tenho digital mesmo. É um problema gené-



Foto: arte sobre foto de Luis Antonio

tico. Minha mãe não tem também. Acho que foi melhor mesmo não ter conseguido registrar as digitais aqui, no credenciamento, senão daria sempre problema na hora de registrar o ponto”, relata Ana Lúcia do Prado Iwamoto, da Coordenadoria de Taquigrafia.

“Quem não consegue cadastrar a impressão digital na Segurança é liberado para fazer o registro da frequência utilizando o nickname e a senha no ponto eletrônico do computador”, informa Raimundo de Sousa, chefe da Seção de Registros Funcionais (Serif/SGP).

Nada de dúvidas

Como toda novidade, muitas perguntas acabam surgindo durante o processo de adaptação.

Na Serif, o telefone não parou de tocar até que os servidores confirmassem, entre outras informações, que o chefe imediato continua administrando o ponto do servidor lotado em sua unidade e que o saldo das horas dos meses anteriores continua sendo transferido para os subsequentes, dentro dos limites estabelecidos na Portaria.

Os erros técnicos mais frequentes, no começo, foram: o aparecimento da mensagem “digital não identificada” quando os servidores com digitais já cadastradas faziam a biometria, e a não transferência imediata da marcação aceita para o ponto eletrônico.

A STI informa que a maioria dos problemas já foi sanada, mas que o período é ajustes. ■

Márcia Romão
romao@stj.jus.br

EDUCAÇÃO

Estacionar bem é um ato de cidadania

Bem estacionado, patrão!

A frota atual de veículos do Distrito Federal é de mais de 1,3 milhão, de acordo com o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Se comparado ao total de habitantes da cidade, estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2,6 milhões, temos a média de um carro para cada duas pessoas.

As consequências da alta motorização da cidade se refletem nos grandes congestionamentos e na falta de vagas nos estacionamentos públicos.

Algumas obras relacionadas ao trânsito, como a ampliação da Estrada Parque Taguatinga (EPTG) e a criação do corredor exclusivo para ônibus na Estrada Parque Núcleo Bandeirante (EPNB), já foram efetivadas pelo Governo do Distrito Federal.

Porém, os engarrafamentos ainda continuam nessas e em outras áreas como o Eixo Monumental, a Estrada Parque Indústria e Abastecimento

(Epia) e o Eixo Rodoviário Norte, próximo à Ponte do Bragueto.

Vencida a etapa de deslocamento até o Tribunal, os servidores enfrentam outra maratona: estacionar seus veículos nas vagas disponíveis.

O assunto é tão recorrente que já tratamos dele na edição de agosto de 2009 do Informe-se.

Briga de foice

A disputa é acirrada. E a situação piora com o retorno das atividades forenses, principalmente nos dias das sessões de julgamento. A irritação dos motoristas chega a níveis máximos quando, após 30 minutos de procura, avistam-se duas vagas, mas ocupadas por um único veículo. “Um verda-

deiro absurdo!”, é a expressão que se ouve. As desculpas podem ser várias: falta de atenção, displicência ou ape-

nas barbearagem mesmo. Mas o fato é que um só carro mal estacionado atrapalha a vida de muita gente.



Foto: Gustavo Lima

Prejuízo para motoristas e pedestres

Lado mais fraco

Os transtornos atingem também os pedestres. Nesses casos, ao estacionar de marcha a ré, algumas caminhonetes e sedãs, por vezes, bloqueiam o acesso dos transeuntes às calçadas. Outras vezes o problema é ainda mais grave: obstruem as rampas de acesso dos cadeirantes.

Viver bem em sociedade pressupõe um conjunto de direitos, sim, mas também implica alguns deveres. E isso é cidadania. Do mesmo modo que as relações de trabalho são pautadas pela boa educação e cortesia, os princípios devem orientar todas as nossas atitudes, e nisso inclui, também, a forma de estacionar nossos carros. Afinal, gentileza gera gentileza, e se todos estacionarem com a atenção necessária, haverá vagas e livre acesso para todos. ■

Daniela Veloso
dveloso@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Ari Pargendler • Diretor-geral: Sílvio Ferreira • Secretária de Comunicação Social: Deuza Lopes • Coordenadora de Editoria e Imprensa: Regina Célia Amaral • Editora do Informe-se: Regina Célia Amaral • Chefe de Reportagem: Cristine Genú • Revisão: Hélio Antônio Ramos • Diagramação: Carlos Figueiredo/CPRV • Impressão: Seção de Reprografia e Encadernação • Tiragem: 3 mil exemplares • Contatos: (61) 3319-8592 / informe-se@stj.jus.br